

A DEMANDA PELOS MITOS E IMAGENS NA CONSTRUÇÃO/AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL. UM EXCURSO PELA NOVA EXEGESE DE JOSÉ EDUARDO FRANCO

Artur Manso
Universidade do Minho - IE
amanso@ie.uminho.pt

Resumo

A obra de José Eduardo Franco trouxe, para a actualidade, um discurso renovado e rigoroso centrado nos mitos e imagens que ao longo dos tempos contribuíram para a identificação de Portugal, país mais antigo do ocidente europeu. Contando com o contributo de outros investigadores e, numa altura em que as identidades nacionais sofrem uma significativa erosão, sem se fechar a nenhum tipo de interpretação, entre nós, portugueses, este labor impõe-se como um marco fundamental na procura das origens que ajudaram a definir o carácter do nosso povo.

Palavras-chave: Portugal – História - Mito – Educação

THE QUEST FOR MYTHOLOGY AND IMAGERY IN THE CONSTRUCTION/AFFIRMATION OF PORTUGAL. AN EXCURSUS INTO THE RECENT EXEGESIS BY JOSÉ EDUARDO FRANCO

Abstract

The work of José Eduardo Franco brought to the present, a renewed and rigorous discourse centered on myths and images that over time have contributed to the identification of Portugal, the oldest in Western Europe. With input from other researchers and, at a time when national identities are suffering significant erosion without becoming bogged down with any kind of interpretation, between us Portuguese, this labor is imposed as a milestone in the pursuit of the origins who helped to define the character of our people.

Keywords: Portugal – History - Myth - Education

“De tanto querer uma Europa sem imagens, arriscamo-nos a ficar com uma colecção de robots desmiolados”

Gilbert Durand

“A história mostra que a humanidade tem sido até agora incapaz de resolver os seus próprios problemas, mas esconde s factores sobrenaturais da evolução humana, na medida em que vai desdenhando da tradição, da lenda e do mito, para respeitar os métodos positivistas da historiografia”

Álvaro Ribeiro

“É a hora de, lembrados de duas advertências de um “profeta” francês nos anos terríveis da última guerra, repetirmos à sua maneira: *‘Portugal, guarda-te de perder a tua alma!’*; *‘Portugal, guarda-te de perder a tua liberdade!’*”

Manuel Antunes, s. j.

1. Numa altura em que abundam as narrativas em torno dos discursos sobre o esotérico/exotérico que estão na origem da fundação e construção da Nação portuguesa, a obra de José Eduardo Franco que aqui passaremos a considerar, privilegiando a componente mitológico-imagética da afirmação de Portugal, vem-lhe acrescentar o rigor da interpretação histórica, dando a conhecer ao público em geral, textos emblemáticos de autores quase esquecidos na investigação sobre estes temas. Se o Padre António Vieira é um caso de popularidade reconhecida, o mesmo não se passa com Fernando de Oliveira (c. 1507 – c. 1582), autor da primeira *História de Portugal* e frei Sebastião de Paiva (c. 1600 – 1659), que redigiu o *Tratado da Quinta Monarquia*, obras e estudos em torno dos quais, elaboraremos o presente trabalho. Não cabe, portanto, ao objecto desta investigação pronunciar-se sobre as interpretações apresentadas nos inúmeros estudos que José Eduardo Franco dedicou ao Pe António Vieira e à problemática em torno dos Jesuítas.

À medida que o trabalho deste investigador prossegue, mais são os fragmentos que se juntam no sentido de melhor compreender a identidade nacional. O seu labor constituiu-se, assim, como um marco de união pela reunião do contraditório, do disperso e do pouco conhecido, espécie de fragmentos que enquanto não retornarem ao seu lugar no todo de que provêm e do qual se encontram afastados, não poderemos entender o passado, para, conseqüentemente, enquanto Nação, sermos capazes, a partir do presente, projectar o futuro que mais nos convém. Aqui, a identidade nacional parece-nos ser procurada na linha da teoria da história de Jaime Cortesão, António Quadros e Eduardo Lourenço, entre outros.

José Eduardo Franco foca a sua hermenêutica no sentimento próprio do país, interpretando os mitos e as imagens da fundação a partir da realidade Portuguesa e não, como tantas vezes acontece, como uma filiação de conceitos no património universal em que Portugal, actualmente, ocupa um lugar secundário. O nosso intérprete não se esquece dessa herança, mas interessa-lhe, particularmente, destacar as características próprias que esses arquétipos ganharam enquanto fundamentos da Nação portuguesa. Aqueles mitos da fundação que não são estranhos à afirmação de Portugal, mas que existiam antes dela, a sua imagética, agora, torna-se independente do substrato de onde provêm. Veja-se, por exemplo, os Templários que por vontade do rei D. Dinis, se transformaram na Ordem de Cristo e esta não esquecendo as suas verdadeiras origens acabou por ser essencial na afirmação de Portugal, tal como aconteceu com a simbologia associada ao Culto Popular do Espírito Santo.

Também nos parece que José Eduardo Franco, deliberadamente, faz depender o desenvolvimento da Europa das nacionalidades daquilo que efectivamente foram marcas significativas da Nação portuguesa que de certo modo, deu início à nova organização dos Estados-Nação. Para tanto, irá enfatizar os dados históricos que nos dizem ser Portugal o país mais antigo do ocidente europeu. As imagens do mundo plasmadas em Portugal, sucessivamente ganham novas formas para ajudar a delinear a Europa das nacionalidades que se virá a impor.

Como escreve o nosso historiador

“A obsessão pela Europa, por uma Europa culta, por uma Europa do progresso que precisamos de imitar, seguir e copiar se, por um lado nos tem mobilizado, por outro tem-nos gravemente paralisado e abatido a auto-estima colectiva” (Franco, 2008a: 72).

Este tem sido o complexo português, talvez devido à sua pequenez, talvez refém da ideia de que um povo tão pequeno e periférico pouco ou nada pode ante a extensão territorial que constitui a Europa. Atravessa-se para o lado espanhol sem saber se se

deixou o território português, tal é a continuação geográfica dos dois países. Passa-se os Pirinéus e surge como que um novo reino, mais próspero e desenvolvido, onde perigam as condições climáticas, mas aumentam as realizações que advêm do empenho individual e colectivo desses povos. A verdade é que o paradoxo atravessa a realidade portuguesa, pois, olhando desapaixonadamente, parece não haver razão para Portugal e Espanha se encontrarem separados, como também não se vislumbra qualquer motivo para ambos os países constituírem um Estado único. O português vê na Europa aquilo que o seu país não lhe dá, tendendo a considerar o pedaço do seu território inferior àquele que constitui o resto da Europa e, por isso, naturalmente, quer imitar aqueles que lhe parecem mais desenvolvidos. Mesmo sabendo que tem uma longa história e uma vasta tradição, o povo português parece ter vergonha delas, não raras vezes, desdenhando do pioneirismo e do exemplo deixado pelas suas gentes. A investigação de José Eduardo Franco, consciente destes complexos, adverte:

“melhor que imitar a Europa importa recriar as nossas potencialidades empreendedoras como país europeu virado para o atlântico, recuperando a nossa herança histórica de povo ecuménico capaz de criar universalidade e de potenciar riqueza nas relações entre povos e culturas diferentes” (ib.: 72).

Neste ponto, o nosso historiador assume a necessidade de Portugal não se preocupar tanto com o espaço estritamente europeu e passar a privilegiar a sua vocação atlântica, que, como veremos mais à frente, se lhe impõe como uma espécie de prolongamento do seu destino enquanto povo ecuménico.

Portugal parece ser o país europeu que surgiu para que o mundo de hoje pudesse vir a ser e por isso os modelos materialistas e positivistas de feição iluminista não se lhe adequam, pois não estão na sua génese. Portugal não pode ser entendido como um país de imitadores de fraca qualidade do que se faz na Europa, pois como essa não é a sua vocação, o resultado da sua acção acaba por ser catastrófico. A sua missão é criar laços entre o antigo e o moderno, entre o mundo conhecido e aquele que por sua acção nos foi dado conhecer. Portugal, por amor à Europa, tornou-se um país mercantilista, traíndo em vários aspectos o seu fundo humanista. Depois de nada ter e muito conseguir, habituou-se a receber e esqueceu-se de partilhar.

Nesta interpretação da história sugerida pelo nosso investigador, os mitos não são lendas mas sim quadros operativos que se revestem de extrema importância nas estruturas sociais, políticas, culturais, em que se fundamenta um país, são promotores de uma agregação identitária e propulsores de um desígnio a realizar no futuro: “O mito enraíza-se na psicologia de um povo, germina na sua alma, modela a sua mentalidade e determina a sua mundividência” (Franco, 2008b: 40). Ora, os mitos que se referem a Portugal associam-no com frequência a um destino histórico que se prende com a realização do Quinto Império Universal.

Como poderá, então, um país materialmente tão pobre e sujeito a pressões externas como Portugal, realizar esse desígnio? Não será pelas armas, que não tem, nem pela força, que não possui, nem tão pouco pela economia. O que torna Portugal diferente é a sua capacidade ecuménica que se impôs desde a sua génese. É na procura de soluções para tal desígnio que José Eduardo Franco convoca a obra quase desconhecida de algumas figuras da interpretação histórica de Portugal. Move-se, é verdade, em caminhos que outros já percorreram, mas ao contrário do que era costume fazer, retroage para mostrar que as origens e os fundamentos da Nação têm raízes num passado muito mais remoto do que aquele que comumente nos é ensinado. Para justificar a sua interpretação desoculta textos antigos, mesmo que de datas posteriores

aos que vulgarmente são citados pelos historiadores que tratam destes assuntos, sempre, na assunção de que

“Uma nação para o ser completamente precisa de ter desenvolvido, no processo de elaboração cultural do seu auto-conceito enquanto nação, um processo quadridimensional de mitificação [...] a idealização do mito das origens da nação, a narração encomiástica de uma epopeia, a exaltação de uma idade de ouro gloriosa e a concepção de uma utopia, isto é, de uma escatologia enquanto sentido último da missão de um povo na história da humanidade” (Franco, 2009a: 117).

Em qualquer interpretação histórica do surgimento de Portugal enquanto Nação, tida como mais ou menos oficial, esbarramos com estas marcas. Mesmo uma visão mais positivista da história não deixa de as considerar, mais que não seja, para simplesmente as ridicularizar, remetendo-as para o campo das lendas e das narrativas de feição popular.

Ao contrário, o nosso historiador faz o inventário de textos históricos quase esquecidos, conferindo-lhes o estatuto de fontes imprescindíveis para entender as várias perspectivas da formação de Portugal. Deste modo, responde com o rigor do seu trabalho aos historiadores que consideram estas interpretações do domínio da fantasia e do fantástico, censura que se vislumbra, por exemplo, no ilustre historiador José Mattoso, no ensaio *identidade nacional*, editado em 1998. De certo modo José Eduardo Franco com o seu trabalho também responde às críticas de feição mais positivista, um pouco à maneira de Agostinho da Silva que quando questionado sobre o carácter fantasioso de algumas das suas interpretações sobre a origem de Portugal afirmava:

“Espero que algum dia alguém invente ou descubra um documento que prove que, quando S. Bernardo pensou na maneira de converter aquela mancha infiel, que lhe atrapalhava a vida ou o juízo que tinha do mundo, intuiu que Portugal seria um delicioso cais de partida para dar a volta – Jerusalém era uma imensa muralha muçulmana com poucas possibilidades de ser rompida -, ter o caminho aberto da peregrinação e poder, sem recorrer à força, circunvalar o árabe” (citado em Manso, 2007: 326).

A verdade é que, caso Portugal tenha uma origem divina os papéis sobre a sua constituição jamais poderão aparecer. O sentido teleológico das origens afasta-se de qualquer interpretação positivista do nosso surgimento enquanto Nação. Mas uma coisa é certa, são muitos os portugueses ilustres, uns anteriores a Agostinho e outros posteriores, que acentuaram e continuam a enfatizar o carácter divino e ecuménico de Portugal enquanto espaço promotor da paz e depositário da tolerância. É nesta senda que José Eduardo Franco convoca o primeiro historiador, Fernando Oliveira, homem de coisas práticas e experienciáveis, mas detentor de uma utopia sobre a formação de Portugal. Ao contrário de Agostinho que viu em Portugal um cais de partida para o mundo, Fernando de Oliveira apresenta-o como cais de chegada dos herdeiros directos do Deus de Noé, mais concretamente do neto deste patriarca, de nome Tubal, que após ser investido, juntamente com os seus familiares, da função de reconstruir um novo reino de paz e fraternidade, terá desembarcado em Setúbal e, a partir desse porto de chegada, foi construindo todo o continente a que se veio chamar Europa.

Ainda, em busca dos tais documentos de que fala Agostinho, José Eduardo Franco percebeu que

“Portugal no dealbar da Modernidade, concebeu-se como o povo encarregado pelos céus para realizar o mandato de Cristo em vista da universalização do evangelho, mas também

para converter o infiel muçulmano com quem vinha lutando desde o início da sua fundação” (Franco, 2009a: 118).

A ser assim, a fundação histórica oficial do reino que se atribui a D. Afonso Henriques, tem de ser considerada já uma segunda fundação, ou o exteriorizar por actos e acontecimentos desse momento primordial que, por acção divina, terá instituído Portugal como local do reencontro da humanidade com as suas verdadeiras origens, levando a epopeia dos descobrimentos iniciados pelos nossos antepassados, a pensar que, efectivamente, competia à Nação portuguesa inaugurar “uma nova era de paz e felicidade sob a égide da doutrina cristã” (ib.: 118).

Os autores cujas obras, agora, são trazidas ao conhecimento geral, enfatizam o papel messiânico atribuído a Portugal, nomeadamente pelo idealismo contido nos símbolos e nas imagens do culto do Espírito Santo, produto da heresia do abade Joaquim de Flora (c. 1132 – 1202) que, de uma maneira ou de outra, se mantém até aos nossos dias. Teve vários e excelentes intérpretes ao longo dos tempos: a *Sétima Idade* de Fernão Lopes, Camões e a *Ilha dos Amores*, o *Quinto Império* do Vieira, porventura o autor mais produtivo em torno de uma proposta utópica do Quinto Império, a *Mensagem* de Fernando Pessoa, o *Quinto Império como Reino do Espírito Santo* de Agostinho da Silva.... Estas interpretações têm sido modos de manter vivo o papel de charneira que Portugal deve desempenhar no mundo, uma vez que, mesmo inconscientemente, esse mandato divino de que estas ideologias se reivindicam, ocupa, em vários tempos, lugar privilegiado, ajudando-nos a entender enquanto povo, quer interna quer externamente. É por isso que a Europa, para estes autores, aparece como coisa pouca para um minúsculo país como Portugal, mas cujo esforço foi decisivo para desenhar os contornos do mundo em que habitamos. A Europa é a nossa origem, contudo, somos muito mais que europeus: somos ecuménicos e por isso, capazes de desempenhar um papel de charneira em prol da paz e do entendimento entre todos os povos.

Esta é uma das virtudes da nova exegese de José Eduardo Franco. Enquanto historiador, porventura, sente-se obrigado a falar só daquilo de que há prova, e até hoje, pelo menos em termos de produção teórica, há provas de uma filiação providencialista do povo português. As suas intuições seguem o caminho que outros já perseguiram:

“António Quadros e mais ainda Agostinho da Silva, ao lado de outros pensadores da escola da Filosofia Portuguesa recuperaram a herança cultural do Portugal Imperial e da utopia quinto-imperialista inerente à projecção de Portugal no mundo, redefinindo-o na linha da espiritualidade portuguesa de fundo joaquimista e valorizando o eixo cisatlântico no quadro de reajustamento da sua centralidade geográfica” (ib.: 2009b: 13).

Esta herança joaquimista em Portugal e na Europa, foi assunto amplamente tratado pelo nosso autor em parceria com José Augusto Mourão, num dos melhores e mais actuais estudos sobre o tema. Referimo-nos à obra de 2004 que se intitula *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa* (cf. Franco, 2004).

2. Devido à natureza deste trabalho e ao objecto do nosso estudo, veremos, agora, o que em nossa opinião trouxeram de novo para o panorama histórico acerca da formação de Portugal, os estudos e respectivas edições de duas obras nucleares que reflectem a fundação de Portugal, que pouco ou nenhum interesse têm despertado aos estudiosos destas questões. Referimo-nos à primeira *História de Portugal* da autoria de Fernando de Oliveira, redigida depois de 1580, que a generosidade do nosso autor tornou possível em edição recente e ao *Tratado da Quinta Monarquia*, texto de 1641, da autoria de Sebastião de Paiva. Não os trataremos na sua extensão, mas tão só naquilo que, em

nossa opinião, José Eduardo Franco mostra terem contribuído para uma renovada visão onde radicam os mitos e as imagens que estão na formação de Portugal, em tempos anteriores àqueles que a maioria dos estudiosos nos têm apresentado. Tais factos levam a uma filiação providencialista muito mais profunda dos nossos arquétipos enquanto Nação, bem como a uma nova interpretação da nossa vocação e acção no mundo que hoje conhecemos.

Na obra que dedicou à primeira história de Portugal, José Eduardo Franco também quer seguir João de Barros para quem a “missão da feitura da História [...] [é] um instrumento de intervenção pedagógica sobre o presente e o futuro, portanto, como uma autêntica escola” (Franco, 2000: 188).

Este carácter instrumental da história posta ao serviço de um melhor conhecimento das nossas origens marcará o ensaísmo do nosso autor, que se poderia apenas ter ficado pela exposição da sua interpretação, mas não se limitou a isso. A História de Fernando de Oliveira é comentada a partir do próprio texto que é simultaneamente actualizado e disponibilizado para todo o público. Os historiadores sabiam dele, mas parece que não lhe davam a devida atenção e o público em geral continua, a partir dos bancos da escola, pela literatura histórica existente, a ter uma de duas visões: uma história envolta no fantástico dos feitos maravilhosos de uns quantos portugueses fora do comum, ou, então, uma história de visão positivista que se atém a narrar, de acordo com o encadear de factos e acontecimentos, os feitos e os defeitos do nosso povo.

Vamos, então, pôr mais a claro o pensamento de Fernando de Oliveira sobre a origem e desenvolvimento do nosso povo, mostrando as imagens e os mitos que José Eduardo Franco identifica como estruturadores da nossa identidade, sem nunca esquecer que esses “elementos míticos são reelaborados a partir das formulações arquétipas do imaginário cristão” (ib.: 190) e que o autor desta história “orienta a escrita do passado para servir objectivos político-patrióticos” (ib.: 191). Afinal, o nosso historiador faz apenas o que é comum fazer-se em outros povos e lugares. Que interesse terá uma história que apenas relate factos, sem uma interpretação laudatória que exalte as virtudes e as conquistas do seu povo? A história escreve-se com os feitos e os defeitos de um povo, numa conjugação tal que forneça às gerações vindouras uma identidade própria, servindo o louvor dos seus antepassados como exemplo de união, coragem e determinação rumo a um futuro mais próspero.

O pequeno Portugal votado à solidão e abandono, viu os seus maiores pensar que, como escreveu Fernando Pessoa quando *Deus quer e o homem sonha*, então a *obra nasce* e, quando todos quiseram, porque confiavam uns nos outros e se sentiam parte do mesmo povo, procederam à tarefa impar dos descobrimentos façanha que veio a desenvolver “na mentalidade nacional lusitana, uma consciência épica e triunfante em relação à história do reino” (ib.: 192).

Como mostra José Eduardo Franco, para Oliveira os descobrimentos eram parte importante da identidade nacional, mas secundária em relação ao seu interesse primeiro que se prendia com o “repensar da identidade nacional e relê-la a partir de uma primordialidade mítica” (ib.: 193). Esta tarefa aparece enquadrada numa linha natural do desenvolvimento da nossa história que é apresentada como “epopeia de resistência às diferentes empresas intentadas de dominação ou de usurpação da liberdade de Portugal” (ib.: 194). A interpretação mítica da origem de Portugal levada a cabo por Oliveira, serve-lhe para alicerçar a razão de ser do nosso povo num processo providencialista da história. As realizações dos portugueses, por serem improváveis numa análise racional dos factos históricos, dão-lhe uma aura fantástica e envolvem a sua grandeza numa filiação directa ao poder divino que as patrocina. E ante o Deus criador do qual emana a nossa força e a permanente tentativa de opressão de Castela face ao reino de Portugal,

está a garantia alicerçada da origem divina do nosso reino e a expectativa de um importante papel no futuro do mundo, pois por bem grandes que sejam os exércitos, enquanto Deus não nos abandonar, mesmo que sejamos poucos, seremos em qualquer cenário, invencíveis, uma vez que a força dos homens jamais suplantarão os desejos de Deus. Nas palavras do nosso historiador

“Oliveira foi um dos primeiros a fornecer à historiografia portuguesa um quadro mítico, destilado a partir da revelação mítica e da tradição cristã – capaz de munir a nação com elementos com um significado simbólico, poderoso do ponto de vista do imaginário, adequado à consciência colectiva para obter efeitos mobilizadores de afirmação e resistência nacionais” (ib.: 197).

Esta simbologia reveste o carácter prático de galvanizar a resistência ao inimigo, neste caso a Castela, mas, como é óbvio, enfraquece a ideia de que o mundo seja um único Estado universal. Tanto mais que, a história factual conta-nos a fundação da nacionalidade como resultante de uma cisão do reino de Castela do qual fazia parte integrante, e sendo assim, quem quebrou os laços de união foi Portugal e não Castela. Por outras palavras, o desejo de anexação de Portugal por parte de Castela, revela que esta só pretendia retornar à posse daquilo que na origem já lhe pertencia.

Ora, é para contrariar estas pretensões que Oliveira, com o recurso aos mitos da criação da tradição judaico-cristã, nos propõe uma interpretação da fundação de Portugal que pouco tem que ver com a história que nos é ensinada e a que os historiadores oficiais dão mais crédito. Fernando Oliveira filia a fundação de Portugal directamente num neto de Noé, filho de Jafet, de nome Tubal, que foi encarregado no pós dilúvio de povoar a parte ocidental da terra e, no desempenho da sua tarefa, desembarcou num local que em combinação com o seu nome, veio a ser conhecido como Setúbal, lugar onde assentou a base da sua missão. Foi a partir desse sítio que “promoveu o povoamento do território que viria a designar-se com o nome de Portugal, e, a partir deste, levou a efeito o povoamento de toda a Espanha” (ib.: 198). Esta tarefa de mandato divino aparece inserida nos propósitos de povoar a terra e é anterior à designação artificial do reino de Castela ou de qualquer outro. Desta forma, Portugal constituiu-se como a base do povoamento de toda a Europa, à qual se foram colocando diversas fronteiras. Falta saber quem as colocou e com que propósito. Algo com que Oliveira, naturalmente, não se irá preocupar uma vez que sustenta a razão de ser de Portugal no mandato divino que lhe foi conferido e não nas profundas desavenças surgidas entre D. Afonso Henriques e a sua família.

“Os portugueses descendem desses povoadores míticos chamados primeiramente Tubales e também Galos que, de acordo com a exegese acomodatória de Oliveira, quer dizer alagados (na língua arménia), país em que a barca de Noé teria encontrado terra firme e estacionado depois do dilúvio geral” (ib.: 199).

Há, assim, o reconhecimento de uma Nação eleita e de muitas outras que são abastardados, sociedades sem qualquer categoria ontológica, incapazes de pela sua presença, trazer o que quer que seja de bom à Península. Os outros povos que não os de investidura divina, segundo os cânones judaico-cristãos, apenas degradaram os habitantes originais, submetendo-os por períodos mais ou menos longos, a uma força consentida pelo poder divino que os tutelava. A história do Deus judaico-cristão confunde-se com a história das gentes que formam a sua comunidade, populações estas que em épocas de crise invocam a ajuda divina, mas logo que a prosperidade de novo as

visita, esquecem com facilidade essa ajuda e agem como se elas próprias fossem Deus, exercendo a força para dominar e sujeitar os povos seus irmãos. Nesta linha da fundação da nacionalidade Oliveira concorda que

“a aventura marítima dos Portugueses e a planetarização do anúncio do Evangelho de Cristo a ela inerente vão desenvolver na consciência nacional portuguesa a convicção orgulhosa de que Portugal estava a desempenhar uma inigualável obra ao serviço do progresso material e gnoseológico da humanidade, bem como ao serviço da universalização do cristianismo” (ib.: 217-218).

O cumprimento de Portugal seria, assim, coincidente com o desígnio providencialista que está adstrito ao carácter ôntico do seu reino: reino que veio para servir e não para mandar, para integrar e não para dividir, para aumentar e não diminuir, missão ecuménica em direcção à parusia anunciada. Portugal tem uma missão pedagógica a cumprir: acrescentar o desconhecido ao conhecido, o anunciado ao ainda não realizado, acrescento físico e geográfico ao anúncio espiritual que suporta a razão de ser da sua existência. A crise de 1580 também serve de base à reflexão de Oliveira sobre a origem de Portugal porque lhe dá a dimensão humana e os limites da sujeição de um povo. O tempo da provação que se instala com a perda da independência leva o nosso historiador a dizer que Oliveira

“ensauiu, com a sua *História*, esculpir a alma da nação para além da nebulosa realidade presente, de modo a deixar bem claro que aqueles que queriam vender e talar o seu corpo, nunca conseguiriam vender ou talar a sua alma” (ib.: 230).

Para Oliveira era inconcebível que, tendo sido a Nação portuguesa construída na direcção da costa para o interior, houvesse, fosse em que tempo fosse, algum reino a reivindicar a sua precedência, pois, na sua perspectiva, Portugal era o primeiro reino da Europa e, por isso, muito anterior ao esforço de unidade e congregação de várias parcelas pela acção do rei D. Afonso Henriques cuja actividade fundadora, tal como é descrita, se exerceu em sentido contrário, isto é, do interior para o litoral, da terra para o mar.

Outro facto curioso na história de Fernando Oliveira é o elogio que realmente faz às figuras femininas ligadas ao surgimento, ou em termos oliveirinos, ressurgimento, de Portugal pela acção de D. Afonso Henriques, nomeadamente a sua mãe, D. Teresa, de quem se diz ter alimentado um projecto independentista do Condado em relação a Castela e a sua mulher, D. Mafalda, factos que José Eduardo Franco filia no “modelo mariológico do Novo Testamento” (ib.: 270) que, como sabemos, virá a marcar de forma indelével a caracteriologia religiosa do povo português ao longo dos tempos.

A abundância de alusões ao mito tubaliano das origens de Portugal, bem como a outras referências teogónicas da formação do Reino, como é o caso da teogonia de Ourique, levam José Eduardo Franco a concluir que “Esta é uma visão naturalmente mítica que é entretecida com elementos religiosos, políticos e culturais” (ib.: 293). Segundo esta interpretação da história D. Afonso Henriques é o restaurador de um reino que já existia desde há muito e que no seu tempo se encontrava subsumido em Leão e Castela.

Fernando Oliveira apresenta a sua utopia da perenidade de Portugal, integrando nela a fundação ao tempo de D. Afonso Henriques, a utopia da expansão universal do reino de Portugal e a utopia da restauração de Portugal, três marcas decisivas que o seu tempo podia interpretar. Desta forma o engenheiro e prático Fernando de Oliveira, não só escreveu a primeira História de Portugal, como com ela construiu um dos mais fabulosos mitos da origem da nossa Nação.

O estudo e a edição da primeira História de Portugal pela pena de José Eduardo Franco deixa-nos o ensinamento de que

“A História é para a sociedade como o que a memória é para o indivíduo: se este perde a memória, perde a consciência da sua identidade, o sentido do presente e a capacidade de idealização do futuro, porque não possuiu o suporte gnoseológico (experiencial, intelectual, afectivo...) que lhe permita encadear o tempo e a História e os seus mananciais de sabedoria, aspiralmente constituída de modo a ler e a recriar a sua situação existencial” (ib.: 298).

Mais perto de nós Fernando Pessoa, o poeta-nacionalista escreveria que *o mito é o nada que é tudo*, de certo modo justificando as linhas mestras da história de Oliveira, pois se ele por si nada é, enquanto impulsionador de uma acção e reacção, torna-se oportunidade de agregação e impulso de efectivo progresso.

3. Outro enfoque importante na exegese histórica acerca dos mitos e imagens das origens de Portugal que José Eduardo Franco nos vai apresentando prende-se com a transcrição e publicação, pela primeira vez em 2006, do *Tratado sobre a quinta monarquia* de Frei Sebastião de Paiva. A obra é datada de 1641 e, eventualmente, nunca tinha conhecido qualquer edição. São muitos anos para um texto se manter na obscuridade. Na nossa linha de análise a importância deste documento prende-se com o tratamento que é dado à utopia quinto-imperialista e com o estudo que gera à sua volta que vem filiar o culto do Espírito Santo em terras lusas, em tempos anteriores aos que normalmente são considerados.

Em 2004 José Eduardo Franco e José Augusto Mourão já tinham publicado a obra de referência intitulado *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*, onde traçam um panorama da herança de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa, dando, ainda, a conhecer excelentes textos sobre o culto feminino do Espírito Santo da autoria de Natália Correia (cf. Manso, 2008). Porque é o milenarismo quinto-imperialista com base em Joaquim de Flora que Sebastião de Paiva se propõe interpretar, veremos, então, o que na hermenêutica do nosso autor, agora com a colaboração de Bruno Cardoso Reis, nos apresenta como novidade quanto às imagens e aos mitos sobre Portugal incorporadas neste tratado que se situa na longa tradição do messianismo ocidental e explora a ideia de um rei salvador de um império utópico do fim dos tempos (cf. Franco, 2006: 15). Este é, então, mais um tratado, porventura dos mais esquecidos e menos estudados, onde o sebastianismo se perfila como a expressão máxima do profetismo nacionalista português. Os estudiosos consideram que o messianismo se formula enquanto síntese de diversas teorias judaico-cristãs em confronto com a facticidade do Império Romano. Com a leitura deste texto compreenderemos melhor que o messianismo é, de facto, um movimento agregador de grandes princípios e ideias salvíficas, com forte carácter místico, que se impõem com mais acuidade em momentos de crise nacional ou de sujeição de um povo ao domínio de outro, que pela força impõe outra maneira de ver e interpretar o quotidiano, deixando os indivíduos órfãos da sua identidade nacional, com a sensação de desamparo e efectiva perda da liberdade.

Com a imposição de uma cultura diferente no seio de um povo que lhe é adverso, depressa surge nessas comunidades o impulso de lutar pelo restabelecimento da independência temporariamente hipotecada, tornando as fraquezas em força e alimentando o retorno àquilo que já fomos na construção da imagem de um imperador que, por ser filho dilecto de Deus, terá a força suficiente para restaurar a liberdade e a autonomia perdidas. Joaquim de Flora tinha sido um sistematizador dos movimentos milenaristas medievais e a novidade da sua interpretação, tornou-se ponto de partida e inspiração para novos movimentos espirituais (cf. ib.: 42).

A teoria da história interpretada à luz das pessoas da Santíssima Trindade serve de impulso para se pensar em termos do Império futuro – o Império do Espírito Santo – Império Universal, de paz e concórdia, plasmado no desejado retorno ao paraíso perdido, mediado por um governo universal que será presidido por um príncipe sábio. O povo português, investido dessa finalidade divina e de verdadeiro espírito ecuménico é apresentado como o conciliador de todos os credos e enquanto tal tornar-se-á chefe de um Império sem imperador, promotor da paz pela consumação na terra das virtudes evangélicas.

Quanto à teorização do Quinto Império muito se tem discorrido entre os portugueses. Aqui iremos fixar-nos na variante do culto popular do Espírito Santo, isto porque, serve a edição do *Tratado da quinta monarquia* a que José Eduardo Franco procedeu para tornar mais claro e ir mais além na filiação deste culto em terras lusas.

O milagre de Ourique, que terá ocorrido na preparação da batalha com o mesmo nome travada no ano de 1139, conta que D. Afonso Henriques, antes dessa refrega crucial para a construção da Nação portuguesa, foi levado por um ancião até a um raio de luz que se foi constituindo em cruz, na qual apareceu Jesus Crucificado que garantiu ao Rei a vitória naquela e noutras guerras futuras. Aí venceu cinco reis mouros. Desta forma, Portugal continuava a cumprir a tarefa de renovar o seu mandato divino e respectiva missão salvífica. Sem o ser ainda, este pequeno país explorava o desígnio divino na arquitectura da sua definição. A missão de Portugal é, assim, a de salvar o mundo todo e é no povo e não nas elites, que se irá plasmar o seu desígnio.

O culto popular do Espírito Santo, de base joaquimista, entre nós, quanto à renovação do mundo, veio acentuar o enfoque posto no povo. Ao contrário, por exemplo, do Vº Império de Vieira que era mediado conjuntamente por um príncipe e por um papa, o reino do Espírito Santo é simbolizado pela distribuição do bodo, pela libertação dos presos e pelo ritual da coroação da criança-Imperador pelo povo e quer se queira ou não, sem a mobilização do povo, a tarefa dos descobrimentos nunca teria sido possível (cf. ib.: 66 ss). Fernando Pessoa no poema “O Mostrengo”, parece reconhecer isso mesmo quando responde à fúria do desconhecido: “Aqui ao leme sou mais do que eu:/sou um povo que quer o mar que é teu”. É o rei D. João II que patrocina a expedição, mas é o povo que por vontade divina e amor ao rei, abandona Portugal para reunir todos os povos do mundo ainda por conhecer.

Sobre este culto e a sua importância na afirmação de Portugal, muitos já deram conta, Jaime Cortesão, António Quadros, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva.... De uma maneira ou de outra enfatizam o papel da rainha santa Isabel, esposa de D. Dinis, na sua introdução, divulgação e popularização no Reino de Portugal. Agora, seguindo os estudos de José Eduardo Franco, põe-se em evidência outra interpretação que refere ser este culto entre os portugueses anterior ao reinado de D. Dinis e à acção da rainha D. Isabel. O nosso historiador baseia a nova interpretação nos competentes estudos de Rui de Azevedo sobre o assunto que situa o culto do Espírito Santo em terras de Portugal, nos primórdios do séc. XIII, data anterior ao reinado de D. Dinis, uma vez que encontrou evidências do mesmo em festas populares de Benavente e, ainda, em data anterior, em Sintra. Parecem ser variadas as romarias anteriores ao reinado do rei Lavrador que se caracterizavam pela devoção e culto ao Paráclito (cf. ib.: 70 ss).

Como José Eduardo Franco mostra noutra obra (cf. Franco, 2004: 104 ss), alguns documentos de Rui de Azevedo sobre o tema datam dos anos 20, mas provavelmente por desconhecimento, nunca tinham tido a consideração que efectivamente merecem por parte dos estudiosos destes temas. Evidentemente, estes importantes estudos não invalidam o facto de a efectiva popularização do culto popular do Espírito Santo se dever ao impulso de D. Isabel, que a partir de Alenquer e sob a influência directa dos seus orientadores

espirituais, nos quais se destaca o franciscano Arnaldo Vila Nova, o terá tornado em culto nacional.

O nosso investigador vem, com a apresentação de elementos até agora pouco considerados, alertar para a necessidade de rever a devoção ao Paráclito, plasmado nas festas populares do Espírito Santo, no sentido de situar o seu efectivo aparecimento em terras lusas, em tempos anteriores a D. Dinis. Com esta primeira edição do *Tratado da Quinta monarquia* de frei Sebastião de Paiva, religioso da Ordem dos Trinitários, o nosso autor assume, também, o propósito de mostrar que houve outros autores sebastianistas de renome para além do célebre Pe António Vieira (cf. Franco, 2006: 84).

Desta forma e a partir da edição deste documento, 365 anos após a data que consta no manuscrito, fica à disposição de todos os historiadores e público em geral, aquele que é provavelmente o primeiro tratado do sebastianismo ortodoxo português. A evolução da história das ideias em Portugal tem agora disponível mais um testemunho que alarga a reflexão sobre o sebastianismo português, permitindo comparar estas teorias mais ou menos desconhecidas, com os textos sobejamente conhecidos e divulgados do grande pregador jesuíta Pe António Vieira.

O nosso historiador enquanto estudioso e organizador do texto, quanto ao significado histórico e cultural do estudo/manuscrito que agora conhece edição, traça-lhe uma dupla finalidade: por um lado

“as inúmeras citações e comentários dos mais desvairados autores e proveniências permitirá aos especialistas da história cultural ter nele mais um ponto de referência no traçar do historial da evolução das ideias em Portugal [...] [pois] a erudição é um traço distintivo do *Tratado da Quinta Monarquia* no seio de uma tradição sebástica que na sua maioria tinha muitos traços de improvisação, vivendo essencialmente de recolhas de tradições proféticas nacionais” (ib.: 106)

e, por outro

“No contexto do Portugal da Restauração ele surge como uma referência alternativa ao mais bem conhecido António Vieira [...] parece-nos fundamental, para traçar com rigor a história deste período, o dar a conhecer a existência de perspectivas completamente diversas e até opostas às do famosíssimo jesuíta, o qual se tornou hoje em dia como que um sinónimo do que era ser sebástico na época” (ib.: 106).

4. O nosso excuro termina por agora. Quisemos acompanhar José Eduardo Franco na exposição de mitos e imagens determinantes na construção de Portugal enquanto Nação. Propositadamente escolhemos textos pouco conhecidos que alargam e enriquecem o campo de análise a todos aqueles que continuam a interessar-se por estas temáticas. Este estudo revela ainda haver muito para fazer no campo da História das Ideias em Portugal. Os mais curiosos e interessados nestas temáticas, procuram à sua volta e vêem que o génio de Vieira e a popularidade da Rainha Santa, tendem a ofuscar tudo o resto, dando como totalmente certo, aquilo que só parcialmente corresponde à realidade. Assim, os discursos em torno destas duas figuras acabam por impor a norma sobre a hermenêutica em torno de aspectos essenciais da fundação e afirmação de Portugal enquanto Nação. Os textos que ocupam o essencial da nossa investigação revelam que a história corrente também se faz de omissões e agora, tal facto ganha outra dimensão, pois só assim se compreende que documentos desta importância, não tivessem conhecido edição, nem sido sujeitos a uma hermenêutica mais aturada por parte dos especialistas, mesmo dos mais heterodoxos.

José Eduardo Franco pertence a uma nova geração de historiadores que percebeu que um país só poderá ter futuro se der a devida atenção ao seu passado, pois, no desconhecimento deste, o futuro de um povo e dos indivíduos que lhe dão forma, jamais descortinará a sua razão de ser.

Desprezar os mitos e as imagens que formam a mentalidade de um povo em nome de uma narrativa histórica factual e positivista, é eliminar o esforço colectivo que juntando tantos defeitos, acabou por permitir enormes feitos de difícil explicação. Pela factualidade da história dificilmente o povo se empenharia na construção de Portugal e na aventura dos descobrimentos. Só o poder dos mitos e das imagens faz convergir a diversidade das vontades num querer único que se gera na crença de que por maiores que sejam os tormentos, alguém superior a nós, velará pelo nosso sucesso.

José Eduardo Franco, no domínio da História das Ideias, junta, agora, a sua investigação sobre mitos e símbolos patentes na fundação da nacionalidade portuguesa, a diversos investigadores portugueses e a outros nomes internacionalmente reconhecidos pelos métodos usados nas suas pesquisas em torno dos mitos e imagens da Europa, onde, pelas razões atrás expostas, Portugal ocupa um lugar de charneira. Nessa plêiade encontramos trabalhos específicos sobre Portugal nas obras de, entre outros, do filósofo, hermeneuta e epistemólogo Georges Gusdorf (1912-2000), do historiador Jean Delumeau e do simbolista e filósofo Gilbert Durand.

Bibliografia

- FRANCO, José Eduardo; FERNANDES, José Manuel (1999). *O Mito do Milénio*. Lisboa: Paulinas.
- FRANCO, José Eduardo (2000). *O mito de Portugal. A primeira História de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D'Orey.
- FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto (2004). *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*. Lisboa: Roma Ed.
- FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso (2006). “Introdução. O Quinto Império de Sebastião de Paiva. Genealogia e carácter de um messianismo sebástico”, in PAIVA, Frei Sebastião de, *Tratado da Quinta Monarquia*. Lisboa: IN-CM, pp. 15-119.
- FRANCO, José Eduardo (2008a). “O mito da Europa em Portugal”, in *Nova Águia*, nº 1, p. 72.
- FRANCO, José Eduardo (2008b). “Madeira, mito da Ilha-Jardim”, em AA VV, *Jardins do mundo – discursos e práticas*. Lisboa: Gradiva.
- FRANCO, José Eduardo (2009a). “Polónia, país gémeo de Portugal na Europa”, in *Nova Águia*, 4, pp. 117-119.
- FRANCO, José Eduardo (2009b). “Prefácio. O mestre da palavra e da liberdade”, in ANTUNES, Manuel, *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova.

Outra

- AA VV (1985). *II colóquio internacional de simbologia – os impérios do Espírito Santo e a simbólica do império*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Terceira.

- AA. VV (1985). *Les templiers, le Saint-Esprit et L'age D'or – II Colloque de Tomar, rencontres internationales de Tomar*. Lisboa: Gabinete de Estudos de Simbologia da Universidade Nova de Lisboa.
- CORTESÃO, Jaime (1986). *O humanismo universalista dos portugueses*. Lisboa: Portugália.
- CORTESÃO, Jaime (1990). *Os descobrimentos portugueses*, 3 vols. Lisboa: IN-CM.
- DURAND, Gilbert (2008). *Portugal - tesouro oculto da Europa*, trad.. Lisboa: Ésquilo.
- LOURENÇO, Eduardo (1988). *O labirinto da saudade*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MANSO, Artur (2007). *Filosofia educacional na obra de Agostinho da Silva*. Braga: Universidade do Minho-IEP/CIEEd.
- MANSO, Artur (2008). "A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo", in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, nº 13/14, 2008, pp. 584-588.
- QUADROS, António (1986). *Portugal, razão e mistério, uma arqueologia da tradição portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Guimarães Ed..